

Política

— CONSTITUINTE —

A mesma Constituinte que prejudicou o poder público, criando gastos como no caso da anistia aos microempresários, ofereceu um presente ao governo — uma verdadeira moratória para a União, Estados e municípios. Azar de quem é credor.

Governos ganham oito anos para pagar o que devem

O poder público ganhou um presente dos constituintes, que aprovaram em primeira votação, no capítulo das Disposições Transitórias, uma verdadeira moratória para os débitos da União, Estados e Municípios. Se ele ganhou, a sociedade perdeu. A partir da promulgação da nova Carta, caso o dispositivo seja referendado em segunda votação, que começa no final deste mês, todos os débitos do poder público, hoje em cobrança judicial, serão liquidados só daqui a oito anos.

"É um grande absurdo", afirma o advogado tributarista Ives Gandra da Silva Martins. "Você ficou discutindo dez anos na Justiça para conseguir receber e agora eles terão mais oito anos para pagar", acrescenta. O prejuízo envolverá donos de imóveis desapropriados, credores de tributos pagos em excesso e, por isto, com direito a devolução, e também empreiteiras de obras públicas. Hoje, se a Justiça manda uma prefeitura liquidar o débito e encontra resistência, o caminho natural é o da intervenção. Com a nova medida, esta ameaça será afastada. União, Estados e Municípios poderão emitir títulos públicos para financiar as liquidações em oito prestações anuais nas quais incidirão juros e correção monetária.

Na emissão de títulos públicos, permitida pelo dispositivo, reside outro problema. Esses valores não serão computados no endividamento global, ou seja, não haverá limites para as emissões. Qualquer prefeitura, mesmo pequena, poderá emitir. "Vai haver uma enxurrada de títulos no mercado", prevê Ives Gandra, para quem os efeitos no controle macroeconômico serão nefastos: desequilíbrio do mercado financeiro com descontrole da moeda e do crédito. Em outras palavras, isto quer dizer mais pressão sobre o sistema financeiro e mais inflação.

Esta é a íntegra do artigo 37: "Resalvados os créditos de natureza alimentar, o valor dos precatórios judiciais pendentes de pagamento na data de promulgação da Constituição, inclusive o remanescente de juros e correção monetária, poderá ser pago em moeda corrente, com atualização, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de oito anos, a partir de 1º de julho de 1989, por decisão editada pelo Poder Executivo até cento e oitenta dias da promulgação da Constituição.

Parágrafo único — Poderão as entidades devedoras, para o cumprimento do disposto no parágrafo anterior, emitir, em cada ano, no exato montante do dispêndio, títulos da dívida pública não computáveis para efeito do limite global de endividamento."

O secretário-geral do Ministério da Fazenda, Paulo César Ximenes, e o secretário do Tesouro Nacional, Luiz Antônio Andrade Gonçalves, negaram-se ontem, no final da noite, a comentar a decisão da Constituinte que autoriza o poder público a parcelar seus débitos, argumentando que não tinham conhecimento do texto aprovado e que, portanto, não poderiam ainda medir suas implicações.

Outra descoberta: o Brasil pode voltar a ter marechais.

Em meio à profusão de emendas aprovadas pela Constituinte nas últimas votações do primeiro turno, há uma que pode levar alguns militares da ativa ao posto de marechal, na reserva. O Brasil voltaria a ter seus marechais, como ocorria até 1964. O alcance da emenda, que se transformou no art. 23 das Disposições Transitórias do projeto que irá à votação em segundo turno, só foi descoberto agora. E resultou de uma iniciativa do deputado Paulo Ramos (PDT-RJ), um oficial da Polícia Militar do Rio de Janeiro.

O artigo só diz que "para efeito de aposentadoria ou transferência para a inatividade, prevalecerá, para o serviço público, as normas em vigor na data da sua admissão ou durante sua atividade no serviço público, desde que mais benéficas". Isso significa que muitos militares poderão valer-se da lei revogada pelo governo Castello Branco que lhes assegurava uma promoção ao passar para a inatividade. Quem já tinha as quatro estrelas de general alcançava, portanto, o posto de marechal. Ulysses Guimarães parece já ter encontrado, porém, uma solução. Estaria propenso a aceitar como emenda "para sanar omissão" qualquer proposta para acrescentar a expressão "civil" onde se diz "servidor público".

Essa seria, a rigor, uma modificação substancial no texto aprovado, o que é vedado pelo regimento interno no segundo turno de votação. Mas Ulysses já disse que "o regimento é feito para ajudar, não para atrapalhar". E será com esse espírito, como ele mesmo deixou claro em conversa com jornalistas, que vai examinar as emendas para o segundo turno de votação. Desde, é claro, que as principais lideranças partidárias também estejam de acordo.

Ulysses continua convencido de que até setembro estará concluído o trabalho de elaboração constitucional, mas já não pensa em fazer a promulgação coincidir com uma data histórica. As comemorações do Dia da Pátria, por exemplo, com suas paradas militares, empanariam as da Constituição. A seu ver, é melhor que a Constituição tenha data autônoma.



Empresários em Brasília: pontos "inegociáveis".



A reunião do Centrão: 400 emendas contra 41 itens.

"Tenho vergonha dessa Constituinte"

Classificando a anistia concedida pela Constituinte no primeiro turno a micro e pequenos empresários e a pequenos e médios agricultores de "insanidade" e "aberração", o deputado federal e um dos líderes do Centrão, Luís Roberto Ponte (PMDB-RS), disse ontem em Porto Alegre que tem vergonha de pertencer a uma Assembleia que aprova tais coisas. Mas, se o parlamentar gaúcho pretende ver a anistia creditícia extirpada do texto no segundo turno, isto não é consenso nem entre os parlamentares do Centrão — que continuam a debater o assunto — nem entre os empresários.

O Grupo de Unidade Empresarial, organizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), reuniu-se ontem na sede da entidade em Brasília e decidiu que o empresariado trabalhará pela supressão de 24 pontos do projeto de Constituição. Falando como porta-voz da reunião, o empresário Ruy Altenfelder, diretor da Fiesp e coordenador da Comissão de Assuntos Legislativos da CNI disse que o "lobby" sobre os constituintes será pessoal, através de "argumentos transparentes e racionais".

Altenfelder procurou contrapor essa forma de atuação do empresariado à informação divulgada ontem de que as multinacionais (Shell, Xerox e Brascan à frente) teriam uma "caixinha" de 2 milhões de dólares para influenciar as votações no segundo turno da Constituinte: "Isso é triste

para todos nós e não representa a realidade do País", disse o empresário, que classificou de "irresponsáveis" as informações sobre a iniciativa das multinacionais.

Entre os pontos priorizados pelo empresariado, que serão consolidados em texto a ser entregue ao presidente da CNI, senador Albano Franco e voltarão a ser discutidos em outra reunião no mesmo local no próximo dia 20, há alguns que são julgados "inegociáveis": a supressão do turno ininterrupto de seis horas de trabalho; a definição do direito de greve; o conceito de empresa nacional; o teto de 12% para os juros bancários e o Artigo 180, que confere ao Estado papel normativo e regulador da atividade econômica.

O Centrão também está preocupado com estes mesmos pontos, e mais alguns. Assim, a lista de prioridades dos membros do grupo é de 41 itens, sendo que para isso vão apresentar cerca de 400 emendas, algumas repetidas, "para garantir a aprovação", segundo explicou o deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA). A lista do Centrão inclui pontos como o direito de voto para menores de 16 anos, o direito de greve para o servidor público e a proibição de comércio do sangue humano que, para os parlamentares do grupo, devem ser variados do texto constitucional.

Quanto à questão da empresa nacional, Centrão e empresários querem extirpar do conceito de empresa brasileira de capital

nacional a exigência de que as empresas de capital misto tenham seu controle decisório de fato e de direito em território nacional. Segundo o líder do PFL na Câmara, José Lourenço, também a exploração mineral e a proibição de novos contratos de risco para a exploração de petróleo serão alvo de emendas do Centrão: "Não podemos desprezar o trabalho de empresas multinacionais que estão aqui há 30, 40 anos, prestando serviços ao País", argumentou Lourenço.

O parlamentar não concorda, no entanto, com a anunciada intenção de algumas empresas multinacionais em "gastar dinheiro para mudar voto". "Aí não dá. Além de uma agressão, é uma idiotice, pois muitos companheiros que estavam repensando seus votos com base nos interesses nacionais agora vão voltar atrás, para não serem acusados de estarem recebendo dinheiro", disse Lourenço.

O presidente em exercício da Constituinte, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), confirmou ontem à tarde que não atenderá os pedidos de parlamentares como o de Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG) para ampliar o prazo de cinco dias para a apresentação de emendas. De hoje, até segunda, quando termina este prazo, haverá sessões na Constituinte, inclusive sábado e domingo, para a discussão do projeto que irá à votação.

São Paulo contrata 140 mil em menos de cinco anos

Ao confirmar ontem, em uma entrevista coletiva, as informações que dera na véspera ao JT (de que 70 mil funcionários não concursados do governo paulista ganharão estabilidade graças ao "trem da alegria" aprovado na Constituinte), o secretário Alberto Goldman reafirmou também um fato no mínimo contraditório com os discursos e promessas sobre a necessidade de racionalização e redução das máquinas administrativas federal e estadual: pelo menos 140 mil novos funcionários foram contratados pelo governo estadual em menos de cinco anos.

Os números são estes: de 210 mil funcionários não concursados atualmente a serviço do governo, 70 mil terão estabilidade por estarem contratados há mais de cinco anos. Os outros 140 mil não terão o benefício, já que não têm ainda esse tempo de serviço. Logo, ou foram contratados nos últimos anos do governo Montoro ou nesses primeiros de Quéricia. Ou pelos dois.

Goldman transferiu a responsabilidade de a Montoro, mas tratou de amenizar, comentando que esse número de contratações não é tão grande assim, diante das necessidades, já que "Montoro construiu quase uma escola por dia e muitos postos de saúde". Grande o número é, pois representa 25% do total do funcionalismo paulista, que tem 560 mil pessoas a seu serviço.

A maioria dos 140 mil contratados não está em áreas burocráticas, diz Goldman, mas sim trabalhando em Educação e Saúde. Cada escola nova requerida por volta de oito professores, "o que já daria um número alto", explica ele, argumentando que ainda é necessário lembrar as substituições de aposentados, "que são em grande número".

Aposentadorias, aliás, foram argumentos também utilizados há dias pelo governo federal, ao confirmar informações do Tribunal de Contas da União, de que mais 140 mil funcionários foram contratados desde o

início da gestão Sarney. O governo garantiu que não aumentou, com isso, sua folha de pagamentos, já que todas as contratações serviram para cobrir vagas abertas com aposentadorias e demissões. Só não explicou para que, então, o presidente Sarney baixou decreto proibindo contratações que visassem ocupar esse tipo de vagas.

O secretário de Coordenação de Programas do governo Quéricia calculou, na entrevista de ontem, que o funcionalismo paulista ganhou mais de cem mil pessoas durante o governo Montoro. Mesmo com o aumento de despesas que isso significou, no entanto, Goldman (responsável por um projeto de reforma administrativa no Estado) garante que não se pensa em demissões para reduzir a máquina. Haverá apenas redistribuição do funcionalismo. O número de funcionários "não é um problema para São Paulo", afirma ele, apesar das conhecidas dificuldades financeiras do Estado, que consome com sua máquina quase tudo o que arrecada de ICM.

Rio extingue cargos e demite quase 500

O governador Moreira Franco extinguiu ontem 551 cargos de assistente jurídico do Poder Executivo e das autarquias estaduais. A medida representa economia de aproximadamente Cz\$ 113 milhões por mês para os cofres do estado do Rio de Janeiro e faz parte de uma série de medidas para sanear a folha de pagamentos da administração pública.

Os assistentes jurídicos foram os primeiros atingidos, já que o cargo, inexistente, resultou de um artifício legal.

Os funcionários que ocupavam esses cargos e tinham estabilidade garantida por lei ficaram em disponibilidade, recebendo uma trigésima quinta parte de seus salários (com um ano de serviço) ou um trinta avos (se mulheres). Os chamados celetistas, sem direito à estabilidade, serão exonerados. Os que trabalham no poder público e autarquias terão seus contratos automaticamente. Todos os exonerados e afastados estão inscritos automaticamente para os

concursos a serem realizados nos próximos três anos pelo Poder Executivo.

Apenas os 55 assistentes jurídicos do Iperj-Instituto de Previdência do Rio de Janeiro permanecerão, porque, segundo Sérgio Abranches, secretário-chefe do Grupo de Análise dos Programas Públicos (Gapp), eles já exercem a função de assistência jurídica.

"Agora, serão transformados em defensores dos segurados, nas repartições públicas federais, estaduais e municipais", explicou Abranches. Os secretários e procuradores gerais têm dez dias para enviar ao governador propostas para ocupação dos cargos extintos. Mas apenas um assistente jurídico poderá permanecer, por autarquia ou órgão.

Censo

Desde ontem, o governo do Rio promove um censo para descobrir quantos são os seus funcionários públicos. O número de

cargos recadastrados deve chegar a 230 mil — este é o número oficial registrado pela administração do estado. "Esperamos que o número de pessoas seja menor", brinca Sérgio Abranches.

Segundo Abranches, o estado gastou com a folha de pagamentos, no último mês, 14 bilhões de cruzados (62% da receita). "Não queremos reduzir essa porcentagem. O ideal seria gastar 65% com o funcionalismo."

O censo é necessário para que o governo planeje a reestruturação de carreiras no funcionalismo, disse Branches: "Essa medida será baseada em dois princípios. Primeiro, na necessidade de se ter uma padronização de cargos e salários, em função da similaridade do trabalho exercido. Em segundo, no estabelecimento da justa proporção entre o salário do funcionário e o salário pago no mercado. O ideal seria que o funcionário ganhasse 30% a menos que um empregado de empresas privadas".

E a Previdência gasta à vontade.

A Coordenadoria de Controle Interno do Ministério da Previdência e Assistência Social está investigando as contas da atual administração, onde há suspeitas de irregularidades em convênios e contratos firmados com terceiros, entre outros indícios de desperdício e malversação de dinheiro público. Ao lado dessa investigação interna corre uma outra, em instância superior — no Tribunal de Contas da União —, onde tramitam nove processos contra a Previdência Social, entre os quais o referente à compra de 328 apartamentos sem licitação pública e suspeita de superavaliação, efetuada ano passado por mais de Cz\$ 1 bilhão.

Pouco preocupado em economizar, o ministro Renato Archer fretou um jatinho da empresa TAM para retornar de São Paulo, dia 25 de junho, onde participou de uma reunião do PMDB. Custo: Cz\$ 360 mil, pagos pela Previdência Social. Agora, sob o pretexto de conhecer a realidade médico-hospitalar de Cuba, o ministro e três auxiliares voaram para aquele país com direito a uma estadia também em Nova York, permanecendo fora 13 dias, só retornando ontem. Tudo pago pelo Erário brasileiro.

Acompanharam o ministro o coordenador de Comunicação Social, José Monser-

rat, o secretário particular, Mauro Vieira, e o presidente do Inamps, José Serrão. De Cuba, eles voaram para Nova York (exceto José Serrão, onde não há nenhum órgão internacional de relevância na área previdenciária ou da saúde que justificasse tecnicamente o esticamento da viagem. Para isso, Monserrat recebeu US\$ 3.029,00 (cerca de Cz\$ 600 mil à época).

Por conta da transferência das autarquias do Rio para Brasília os aviões vivem lotados de funcionários da Previdência Social, que lá continuam com seus vínculos profissionais e familiares.